

**ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

**CONSULTA SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO
TRIBUTÁRIA
PESSOA FÍSICA**

Ao Gestor Chefe da Tributação,

_____,
(nome completo e atividade profissional) domiciliado(a) na (Rua/Ave-
nida/Praça/Travessa) _____, n° _____, bairro
_____, cidade/UF _____,
CEP _____, telefone (____) _____, e-mail
_____, Caixa Postal Eletrônica _____,
inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o
n° _____ (obrigatório), por meio de seu(sua) repre-
sentante legal ou procurador(a), o Sr.(a)
_____, portador(a) do documento de
identidade n° _____, expedido por _____, vem,
na forma do Decreto nº _____, de _____ de 2016, formular consulta sobre a
interpretação da legislação tributária relativa a tributo administrado
pela Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ/MA

O(a) consulente informa que tem prioridade de atendimento,
nos termos do art. 1º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, c/c
art. 3º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso)

O O
sim não

I - DESCRIÇÃO DETALHADA DA QUESTÃO

II - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL (Dispositivos da legisla-
ção que ensejaram a consulta)

III - QUESTIONAMENTOS (Enumerar de forma objetiva):

1) _____

2) _____

IV - NÚMERO TOTAL DE QUESTIONAMENTOS:

OBS.: O teor da consulta deve:

*1) limitar-se a fato determinado, contendo descrição detalha-
da de seu objeto e indicação das informações necessárias ao esclare-
cimento da dúvida;*

*2) indicar o dispositivo da legislação tributária (Lei, Decreto,
Regulamento, Resolução Administrativa, Instrução Normativa, Ato
Declaratório etc., com especificação de artigo, inciso, parágrafo e
alínea, se for o caso) causador da dúvida de interpretação;*

*3) descrever detalhadamente o fato relacionado à atividade
do(a) interessado(a) a que será aplicada a interpretação solicitada; e*

*4) apresentar de forma objetiva qual a dúvida específica do(a)
interessado(a) na interpretação do dispositivo da legislação tributária.*

Por fim, o(a) consulente(a) declara que:

a) não se encontra sob procedimento fiscal iniciado ou instau-
rado para apurar fatos que se relacionem com a matéria objeto da
consulta;

b) não foi intimado(a) a cumprir obrigação relativa ao fato
objeto da consulta; e

c) o fato exposto na consulta não foi objeto de decisão anterior,
ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio em que foi parte.

_____, _____ de _____ de _____
(local e data)

(nome e assinatura do contribuinte ou de seu representante legal ou
procurador)